

CESAR MAIA

Apesar do período de reaquecimento por que passa a economia brasileira o conjunto de restrições e distorções não permite sequer avaliar seu alcance e sustentação.

Não parece possível supor romper o impasse atual com simples ajustes de percurso e aperfeiçoamentos adjetivos.

Os elementos e instrumentos de política econômica estão de tal forma inter-relacionados e hipersensíveis que mesmo medidas consensuais e hipoteticamente acertadas geram efeitos e reações imprevisíveis tal como no próximo movimento de um caleidoscópio. Diríamos que o próprio reaquecimento está dentro deste quadro.

A consciência de que não se trata de meras circunstâncias conjunturais mas de limitações estruturais deve servir para olharmos para frente em busca de rumos e oportunidades.

Pensamos que quatro linhas básicas atacadas simultaneamente provocariam a alavancagem estrutural requerida.

A primeira delas e anterior deveria responder que economia desejamos. Não se trata de questão filosófica, mas prática e deixemos de fora as visões doutrinárias rígidas à direita e à esquerda. Reduzindo poderíamos falar de duas visões gerais que têm conduzido a política econômica sempre pelo atoleiro do autoritarismo e que acreditamos razões do impasse atual.

Por um lado uma certa esquizofrenia econômica na ação dos que têm se comprometido mais com o discurso do social. A história caminha pra frente e não há como procurar justapor na margem sobre a estrutura anterior gastos sociais espasmódicos, nem reavivar um capitalismo que já foi através de odes ao pequeno. Do outro lado se procura manter rígidos os espaços econômicos e financeiros, garantindo a cada capital o terreno ocupado e mantendo-os separados.

A primeira linha em nosso entender deveria enfatizar a concentração estratégica do Estado na esfera do social e permitir que o capital fluísse procurando e integrando espaços.

Referimo-nos quanto ao último aspecto, principalmente a necessidade de interpenetração entre o capital bancário e o industrial que consideramos central e à qual voltaremos a seguir.

A segunda linha diz respeito às prerrogativas do Congresso. Não confundimos tais prerrogativas com um liberalismo parlamentar. Não... Pensamos em um Presidencialismo marcante com as respectivas iniciativas em matéria econômica e financeira. No entanto sem flexibilidade para tomar administrativamente as decisões sobre os instrumentos e os parâmetros de política econômica. A necessária ida ao Congresso garante

a unidade na conformação das políticas e garante também, o que é fundamental, a permanência nas regras do jogo. Este dado é fundamental: a crítica e a ação do legislativo conjugadas aos prazos mais dilatados impedem a alternância de medidas, reduzem as incertezas e eliminam o casuismo.

A terceira linha básica teria como suporte a primeira.

O quadro de distorções como o patamar inflacionário e o nível de juros reais e a "cama de gato" dos instrumentos de política econômica exige ruptura. Não podemos concordar com aqueles que acreditam que os preços relativos tendem à estabilização e que cumpre enfrentar tão-somente a inércia com bem educados ajustes aritméticos. Achamos que, ao contrário, os preços relativos têm conquistado enorme instabilidade cuja maior prova é a flutuação das taxas de lucro dentro de uma mesma empresa num período de tempo, entre empresas e entre setores. Se valem exemplos aí estão os setores financeiros e o automobilístico, e a noção exacerbada de risco que tem induzido as empresas não financeiras a antecipar e testar preços e a procurar compensações não operacionais permanentes. Os agentes financeiros enquanto intermediários foram ganhadores neste jogo. Já não são mais, perdem a curto e a longo prazo: a curto por não poderem encaixar "spreads" suficientes pois a autonomia é do aplicador; a longo por não contarem com o retorno de um principal colocado a mais de 30%.

A ruptura deste não poderá ser traumática ou dinâmica. Traumática se por medidas institucionais ou administrativas produzir-se uma violenta realocação de rendas. Exemplo disto seria uma guinada acentuada nas regras de indexação, nos prazos de resgate de títulos compulsoriamente, ou confiscos imaginários, que com certeza seriam seguidos de intervenções estatais pronunciadas, inclusive em relação à propriedade. O México de certa maneira retrataria esta situação.

A ruptura dinâmica, ao contrário, objetivaria estimular o aprofundamento das relações de mercado. As fronteiras rígidas entre segmentos de capital correspondem a um processo atrasado de envolvimento e utilização do Estado que não apenas patrocina barreiras à entrada desde o exterior, mas cristaliza posições inclusive as que vão sendo conquistadas e cria barreiras à mobilidade do capital. Com isto o choque falimentar se circunscreve a empresas menores. No caso das maiores ocorre alternativamente a intervenção do Estado ou o diferimento a alto custo e a longo prazo do afastamento. O risco é substituído pelo paternalismo e este é irmão próprio das pressões sub-reptícias e do autoritarismo. Urge num primeiro momento a supressão das regras que imobilizam o capital, especialmen-

te as que inibem as relações entre o capital financeiro e o industrial internamente.

A quarta e última linha básica se refere aos requerimentos de poupança para ativar de forma orgânica e sustentada a economia. Combinam-se na economia brasileira três ordens de fatores que tornam complexas as decisões sobre o incremento da poupança.

A primeira diz respeito à fragilidade tecnológica interna que impede liberalidades horizontais em relação ao capital estrangeiro. A segunda remonta à taxa de crescimento necessária para enfrentar a avalanche de oferta sobre o mercado de trabalho. A terceira informa sobre o paradoxal que seria a geração atual, pobre, realizar sacrifícios adicionais em favor das futuras gerações, necessariamente mais ricas.

Nestes dois últimos sentidos não se pode prescindir da poupança externa. O triângulo se fecha na medida que a entrada de poupança externa não signifique liberalidade gravosa à estratégia nacional. Para tanto há que se criar as condições de atração de capital de risco sem concentração de propriedade. A mobilidade do capital financeiro citada anteriormente produziria tais condições, favorecendo a constituição de fundos e carteiras de participação que distribuam o risco e pulverizem a propriedade. A constituição destes fundos e carteiras a partir da participação no risco pela própria instituição financeira multiplicaria a credibilidade, a força de atração e a permanência dos recursos que hoje são sensibilizados pelo curto prazo dos preços e não dos dividendos que têm como referência a atuação comissionada sem risco do agente. Assim, o estímulo à poupança externa chegaria aos grandes fundos aplicadores dos países centrais e não apenas à ação direta do capital bancário e industrial estrangeiros, cuja ação recebe os efeitos dos atritos seja em relação aos compromissos de dívida, seja em relação a concentração da propriedade.

Finalmente, entendemos que a ingenuidade dos apologistas do pequeno é a contrario-sensu menos social do que imaginam o que o radicalismo de propostas recentes é multiplicador de incertezas e gerador de novos autoritarismos apesar do discurso. Cumpre identificar tendências e possibilidades e levantar as barreiras para que o desenvolvimento se sustente e ocorra de forma estrutural, orgânica e inovadora, resultante de uma economia a um tempo integrada e independente.

O trem da história passa vazio há quase uma década enquanto os passageiros brigam na estação.

Em breve não haverá mais tempo; ou quem sabe, mais trem.

CESAR MAIA é economista e Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro